

O PROGRAMA REUNI E A INTERIORIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: UMA REVISÃO NARRATIVA

Tatiane Marisa Marafigo Zander¹

Luiz Alberto Pilatti²

Roberto Bondarik³

Cidmar Ortiz dos Santos⁴

ZANDER, T. M. M.; PILATTI, L. A.; BONDARIK, R.; SANTOS, C. O. dos. O programa Reuni e a interiorização das universidades federais: uma revisão narrativa. **EDUCERE** – Revista de Educação, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 267-297. 2022.

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo conhecer o estado da arte do Programa Reuni e, no interior do Programa, os resultados alcançados com a interiorização das universidades federais brasileiras. Trata-se estudo de natureza bibliográfica. Foram identificados 21 estudos na SciELO Brazil, 24 na DOAJ, 4 na Scopus e 15 na WoS. Conclui-se que, a interiorização das Universidades Federais, por meio do Programa Reuni, produziu impactos positivos. Apesar das inúmeras dificuldades encontradas nas instituições, a interiorização trouxe benefícios para os alunos e regiões onde foram inseridas.

PALAVRAS-CHAVE: Reuni; Interiorização; Universidades Federais Brasileiras.

THE REUNI PROGRAM AND THE INTERIORIZATION OF FEDERAL UNIVERSITIES: A NARRATIVE REVIEW

ABSTRACT: The present study aims to know the state of the art of the Reuni Program and, within the Program, the results achieved with the, interiorization of Brazilian federal universities. This is a bibliographic study. 21 studies were identified in SciELO Brazil, 24 in DOAJ, 4 in Scopus and 15 in WoS. It is concluded that the internalization of Federal Universities, through the Reuni Program, produced positive impacts. Despite the numerous difficulties encountered in the institutions, the interiorization brought benefits to the students and regions where they were inserted.

KEYWORDS: Reuni; Interiorization; Brazilian Federal Universities.

EL PROGRAMA REUNI Y LA INTERIORIZACIÓN DE LAS UNIVERSIDADES FEDERALES: UNA REVISIÓN NARRATIVA

RESUMEN: Este estudio pretende conocer el estado de la cuestión del Programa Reuni y, dentro del mismo, los resultados alcanzados con la interiorización de las universidades federales brasileñas. Se trata de un estudio bibliográfico. Se identificaron 21 estudios en SciELO Brasil, 24 en DOAJ, 4 en Scopus y 15 en WoS. Se concluyó que la interiorización

DOI: [10.25110/educere.v22i1.20229012](https://doi.org/10.25110/educere.v22i1.20229012)

¹ Mestranda em Engenharia de Produção. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Av. Sete de Setembro, 3165, Rebouças, Curitiba - PR, CEP: 80230-901. E-mail: tatienezander@gmail.com

² Doutor em Educação Física. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Av. Sete de Setembro, 3165, Rebouças, Curitiba - PR, CEP: 80230-901. E-mail: lapilatti@utfpr.edu.br

³ Doutor em Engenharia de Produção. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Av. Sete de Setembro, 3165, Rebouças, Curitiba - PR, CEP: 80230-901. E-mail: bondarik@utfpr.edu.br

⁴ Mestre em Engenharia de Produção. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Av. Sete de Setembro, 3165, Rebouças, Curitiba - PR, CEP: 80230-901. E-mail: cidmar@professores.utfpr.edu.br

de las Universidades Federales, a través del Programa Reuni, produjo impactos positivos. A pesar de las numerosas dificultades encontradas en las instituciones, la interiorización trajo beneficios para los estudiantes y las regiones donde se insertaron.

PALABRAS CLAVE: Reuni; Interiorización; Universidades Federales Brasileñas.

INTRODUÇÃO

Houve uma grande mudança nas políticas públicas direcionadas ao ensino superior ao longo dos últimos vinte anos. Obteve-se destaque na sociedade e despertou a consciência da população do papel que a educação superior desempenha no desenvolvimento econômico e social do país. Porém, foi só na última década que houve uma mudança significativa no cenário da educação superior do Brasil, devido às políticas públicas educacionais criadas pelo governo federal. (Carneiro; Bridi, 2020)

As reformas educacionais realizadas nos governos FHC e Lula atuaram no sentido de ampliar as possibilidades de ingresso no ensino superior, contudo com enfoques e ações diferentes. No governo FHC essas ações feitas foram criticadas porque a educação superior era considerada ‘mercadorizada’ e o Estado diminuía sua responsabilidade com a universidade. Nesse período a reforma proposta viabilizou o crescimento do ensino superior, principalmente no âmbito do setor privado e manteve-se a elitização, seletividade étnica e racial no ingresso dos alunos no ensino superior brasileiro. (Sales, *et. al.* 2019)

Em relação ao governo Lula, as políticas em geral para a educação têm se ordenado na manutenção de uma visão fiscalista/reguladora em relação aos investimentos. (Gregório, Rodrigues, 2014) Mesmo assim, uma das ações mais marcantes, não só pelo benefício esperado, mas também pelo volume de investimento realizado, diz respeito à expansão da rede universitária federal ocorrida em 2000. (Barbosa, Ferreira, Petrini, 2020).

O programa de reestruturação e expansão das universidades federais (Reuni) um grande esquema que previa ações para o aumento de vagas, medidas de ampliação ou criação de novos cursos, aumento do número de alunos por professor, redução do custo por aluno, além da flexibilização de currículos e o combate à evasão estudantil, originou-se da proposta de expansão e modernização do sistema público federal de ensino superior criada e divulgada pelos representantes da Associação Nacional de Dirigentes das IFES – ANDIFES no ano de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 6.094/2007. (Moura, Passos, 2019)

Com isso foi possível à materialização do modelo de universidade nova, que estabelece uma transformação total da arquitetura acadêmica da universidade pública brasileira. Em essência, define uma política que procura estimular a adesão do novo modelo e uma nova relação de trabalho com os docentes. Considerado uma mescla tímida dos modelos já existentes, o norte americano (de origem flexneriana) e o europeu (processo de Bolonha) (Lima *et. al.* 2008).

O principal objetivo do Reuni é “criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. (Brasil, 2007, p.7) Além das diretrizes estipuladas pelo programa Reuni:

- a) redução de taxa de evasão, especialmente no período noturno;
- b) ampliação da mobilidade estudantil,
- c) revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade,
- d) diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltada à profissionalização precoce e especializada,
- e) ampliação políticas de inclusão e assistência estudantil;
- f) articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

O programa recebeu inúmeras críticas, Cislighi (2011) cita uma delas, a semelhança do decreto com um contrato de gestão, ou seja, fixava metas de desempenho para obtenção de recursos financeiros. Mancebo *et. al.* (2015) também destaca a sobrecarga no trabalho dos docentes, devido ao fato que o número de vagas docentes não foi proporcional ao número de vagas discentes, e a flexibilização de currículos e uso do EaD, que “acelerou” o ensino e intensificou o processo de certificação em larga escala. Isso segundo Andrade *et. al.* (2018) resulta na precarização das condições de trabalho e transforma as universidades federais apenas em instituições de ensino e de baixa qualidade.

O processo de adesão ao programa foi executado em duas chamadas em 2007. Das 54 universidades federais existentes na época 53 aderiram ao Reuni, e suas propostas foram encaminhadas ao Ministério da Educação (MEC) que tinha ênfase na interiorização, em conjunto com outras medidas como a inovação e os novos formatos de

curso de graduação. Isso representou medidas essenciais para a mudança do cenário atual do ensino superior brasileiro (Andriola, Suliano, 2015).

Sendo assim, uma das principais características do Reuni é a expansão geográfica. A estratégia usada é a interiorização junto das necessidades e vocações econômicas de cada região (Gumiero, 2019).

A intensão do REUNI com a interiorização era resolver a situação da concentração das IES públicas em capitais e em regiões mais ricas do Brasil. Entre os anos 2003 e 2009, 236 cidades que não possuíam instituições de ensino superior inauguram campi federais, com a criação de novas universidades ou da expansão de novos campi de universidades já existentes nas metrópoles ou cidades grandes. Foram contratados através de concurso público em média 20 mil docentes e servidores administrativos (Marques, Cepêda, 2012).

A pesquisa, em termos metodológicos, de natureza qualitativa denomina-se bibliográfica. Do método utilizado, de acordo com os tipos de revisão, apresenta-se como o modelo de revisão narrativa. De acordo com Rother (2007) são publicações amplas, de natureza teórica e conceitual, adequadas para apresentar o desenvolvimento ou o estado da arte de determinado tema. As fontes de informação usadas nesse tipo de revisão não são informadas, os métodos de busca das referências e os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos. É composta, resumidamente, da análise da literatura e da interpretação e análise crítica do autor.

Os esforços em relação à pesquisa têm como objetivo conhecer o estado da arte do Programa Reuni e, no interior do Programa, os resultados alcançados com a interiorização das universidades federais brasileiras.

PESQUISAS COM FOCO NO PROGRAMA REUNI E O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Com a internacionalização da pesquisa científica houve diminuição nas publicações referentes a estudos que tratam apenas de questões locais. Artigos descritivos que estabelecem um tema local em sua especificidade podem ser de grande utilidade em periódicos locais, porém, a menos que tratem um tema que seja totalmente novo, não cabem em periódicos de circulação internacional (Minayo, 2008). Em decorrência disso, o levantamento de artigos foram realizados nas seguintes bases de dados: *SciELO Brazil*, considerada a principal base indexadora do Brasil, que engloba os principais e mais importantes periódicos brasileiros. Pois, a maioria dos estudos sobre o programa Reuni

são de características locais sem foco internacional. Além da *Scopus*, *DOAJ* e *Web of Science*, devido à abrangência nessas bases de publicações na área de educação e suas interações com aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais.

Assim, os descritores foram: “Reuni” combinado pelo operador Booleano “or” com “Reuni program”. Não foi estabelecido um recorte temporal e os artigos que não eram *open access*, foram encontrados no *google scholar*. O total de artigos encontrados foi de 113, sendo 14 indexados na base *Scopus*, 24 na *SciELO Brazil*, 45 na *DOAJ* e 30 na *WoS*. Foram detectados 34 textos duplicados e 5 documentos que não eram artigos. Dessa forma, esses foram excluídos.

Na sequência, iniciou-se análise do título e análise do resumo, e foram excluídos mais 11 artigos de outros temas e realizada a leitura na íntegra de 63 artigos. Com um corpus de 63 artigos, realizou-se uma divisão em dois grupos. O primeiro mostra os artigos com outras temáticas relacionadas ao Reuni, por exemplo, evasão estudantil, qualidade de vida dos docentes e etc. Já o segundo grupo apresenta os estudos direcionados a interiorização e expansão alcançadas através do programa Reuni. Conforme demonstra o quadro 1.

Quadro 1 Corpus da Pesquisa

| Programa | Divisões | Base | Autor/es | Tipo de estudo |
|----------|---|------------------|--------------------------------------|----------------------|
| Reuni | 1º grupo: Reuni com foco em outras temáticas | SciELO (n=17) | Barbosa, Petterini e Ferreira (2020) | Estudo global |
| | | | Novato, Najberg e Lotta (2020) | Estudo de caso |
| | | | Paula e Almeida (2020) | Estudo global |
| | | | Moura e Passos (2019) | Estudo global |
| | | | Sales <i>et al.</i> (2019) | Estudo bibliométrico |
| | | | Magalhães e Real (2018) | Estudo bibliométrico |
| | | | Prestes e Fialho (2018) | Estudo de caso |
| | | | Pereira <i>et al.</i> (2016) | Estudo global |
| | | | Lima e Machado (2016) | Estudo de caso |
| | | | Zorzal (2016) | Estudo global |
| | | | Mancebo, Vale e Martins (2015) | Estudo global |
| | | | Silva e Mancebo (2014) | Estudo de caso |
| | | | Pizzio e Klein (2015) | Estudo de caso |
| | | | Lima (2013) | Estudo de caso |
| | | | Cislaghi (2011) | Estudo de caso |
| | | | Embiruçu, Fontes e Almeida (2010) | Estudo global |
| | | | Lima, Azevedo e Catani (2008) | Estudo global |
| | | DOAJ (n=18) | Abreu e Marra (2019) | Estudo de caso |
| | | | Andrade, Lucena e Barleta (2018) | Estudo global |
| | | | Duquia e Rodrigues (2018) | Estudo de caso |
| | | | Aroni (2017) | Estudo global |
| | | | Bittencourt, Ferreira e Brito (2017) | Estudo global |
| | | | De Paula (2015) | Estudo global |

| Programa | Divisões | Base | Autor/es | Tipo de estudo | |
|---------------------------|------------------------------------|--------------------------------------|---|-------------------------------|----------------------------|
| | | | Souza, Filippo e Casado (2015) | Estudo global | |
| | | | Sousa e Coimbra (2015) | Estudo de caso | |
| | | | Castro e Pereira (2014) | Estudo global | |
| | | | Coelho (2014) | Estudo de caso | |
| | | | Gregório e Rodrigues (2014) | Estudo de caso | |
| | | | Costa, Costa e Barbosa (2013) | Estudo de caso | |
| | | | Silva, Freitas e Lins (2013) | Estudo de caso | |
| | | | Koglin e Nogueira (2013) | Estudo de caso | |
| | | | Borges e Aquino (2012) | Estudo global | |
| | | | Gregório (2012) | Estudo global | |
| | | | Lima (2012) | Estudo global | |
| | | | Pereira e Silva (2010) | Estudo global | |
| | | | WoS (n=13) | Costa <i>et al.</i> (2020) | Estudo global |
| | | | | Ramos, Silva e Martins (2020) | Estudo de caso |
| | | Castro e Pereira (2019) | | Estudo de caso | |
| | | Júnior e Cabello (2019) | | Estudo de caso | |
| | | Moreira, Benedicto e Carvalho (2019) | | Estudo global | |
| | | Almeida (2018) | | Estudo de caso | |
| | | Barbosa, Pires e Dwyer (2018) | | Estudo global | |
| | | Cañaverl e Sá (2017) | | Estudo de caso | |
| | | Oliveira e Cranchi (2017) | | Estudo global | |
| | | Ferreira (2016) | | Estudo global | |
| | | Junior e Czernisz (2016) | | Estudo de caso | |
| | | Pan e Lopes (2016) | | Estudo global | |
| | | Roncaglio (2016) | Estudo de caso | | |
| | | Reuni e Interiorização | 2º grupo: Reuni com foco na interiorização e expansão | SciELO (n=04) | Fraga <i>et al.</i> (2020) |
| Gumiero (2019) | Estudo de caso | | | | |
| Andriola e Suliano (2015) | Estudo de caso | | | | |
| Araújo e Santos (2014) | Estudo de caso | | | | |
| Scopus (n=04) | Ferreira e Santos (2018) | | | Estudo de caso | |
| | Arruda e Gomes (2015) | | | Estudo de caso | |
| | Buligon <i>et al.</i> (2015) | | | Estudo de caso | |
| DOAJ (n=05) | Catani, Oliveira e Pezarico (2014) | | | Estudo de caso | |
| | Arroyo e Petterini (2020) | | | Estudo global | |
| | Santos e Santos (2019) | | | Estudo de caso | |
| | Corrêa e Nascimento (2018) | | | Estudo de caso | |
| | Costa, <i>et al.</i> (2011) | | | Estudo de caso | |
| WoS (n=2) | Melo, Melo e Nunes (2009) | | | Estudo global | |
| | Bizerril (2020) | | | Estudo global | |
| | | | | Trombini, Rocha e Lima (2020) | Estudo global |

Fonte: Autoria própria.

Observa-se que o primeiro grupo é composto por quarenta e oito artigos, na sua maioria com menos de cinco anos, isso mostra que apesar do programa Reuni ter sido criado em 2007, o tema é bastante atual. Dentre os artigos, dois podem ser considerados como estudos bibliométrico, vinte e dois como estudos de caso e vinte e quatro como estudos globais.

A composição do segundo grupo é de quinze artigos, desses também a maioria é de estudos dos últimos cinco anos. Sendo onze estudos de caso, isso revela que a maioria

dos artigos relacionados à expansão e interiorização analisa o Reuni em casos específicos, ou seja, em uma determinada instituição federal de ensino superior. E por fim, quatro artigos considerados como estudos globais.

Na sequência, através da divisão proposta pelo corpus da pesquisa, entre grupos e subgrupos os estudos serão sintetizados.

O Programa Reuni com foco em outras temáticas

Estudos bibliométrico

Com o objetivo de Identificar estudos que fizeram avaliações do programa, em relação à literatura de avaliação de políticas públicas. Sales *et. al.* (2019) realizam um levantamento bibliométrico em periódicos nacionais. Entre os resultados encontrados, os autores destacam a predominância de estudos empíricos, de abordagem qualitativa e estudos descritivos, além dos periódicos de maior destaque estar nas regiões sul e sudeste do país.

Sales *et. al.* (2019) iniciam a pesquisa abordando as políticas públicas educacionais e na sequência, o Reuni e a expansão das universidades federais. Os autores frisam como foi o processo o processo de adesão das universidades ao programa, de maneira facultativa por meio de um termo de compromisso e um acordo de metas. Citam que a liberação de recursos financeiros para as instituições participantes, estaria condicionada ao cumprimento das metas pré-estabelecidas no acordo entre as partes. E esses recursos seriam repassados à medida que os planos de reestruturação fossem apresentados.

Ressalva-se que ao analisar a percepção, tanto positiva quanto negativa do programa nos estudos publicados, os autores notaram que onze estudos relataram pontos positivos do Reuni em seus resultados, com destaque para: a inclusão, com oportunidade a pessoas negras, de classes economicamente desfavorecidas e egressas de escola pública; a expansão de vagas; a criação de cursos; e a ampliação da produção científica. (Sales *et al.*, 2019, p. 674).

Os autores, nas considerações finais, reforçam o impacto do Programa Reuni “deu impulso a uma nova fase da educação superior brasileira, ao propor ações de expansão do ensino superior.” (Sales *et. al.*, 2019, pp. 675). Sugerem, que com a finalização da implementação do programa em 2012, medidas de curto prazo devem ser criadas para a manutenção do ensino superior público.

O estudo proposto por Guimarães e Real (2018) apresenta como ideia principal o mapeamento a cerca das produções científicas relacionadas a políticas públicas para o ensino superior brasileiro, e seus desfechos através do programa Reuni, além de apontar os principais aspectos e lacunas em relação a produção intelectual sobre o tema no período de 2007 a 2016.

O levantamento bibliométrico foi através dos estudos publicados no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); estudos completos publicados em anais de reuniões científicas nacionais realizadas pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e artigos publicados em periódicos na base de dados SciELO.

Para o processo de análise os estudos foram divididos em três categorias por Guimarães e Real (2018) avaliação: estudos teóricos e baseados em documentos oficiais e estudos publicados na literatura específica; implementação: trabalhos que focam na implementação ou resultados efeitos iniciais do Reuni; e impactos: Estudos que tratam dos impactos, principalmente iniciais do Reuni.

Dos resultados, há uma tendência em analisar o programa Reuni por dois vieses, o da avaliação política e o da análise da implementação e resultados iniciais. Observa-se também uma lacuna existente referente aos estudos sobre os impactos do Reuni, que quando realizados abordam a própria instituição onde os pesquisadores atuam (Guimarães e Real, 2018).

Os estudos bibliométrico são realizados de 2007 a 2016 e apontam para um volume grande de produção em relação à implementação e avaliação do Reuni, muitas vezes com viés político. Em relação aos aspectos positivos e negativos do programa, predominaram estudos que avaliam o programa Reuni de forma positiva ou neutra. Sem deixar de sugerir discussões sobre o tema para contribuir com o desenvolvimento da educação superior brasileira.

Estudos de caso

Referente aos achados no primeiro grupo, com temáticas variadas, em relação ao Reuni. Novato, Najberg e Lotta (2020) focam na percepção dos diretores das unidades acadêmicas e integrantes da comissão de implementação do Reuni, no âmbito da Universidade Federal de Goiás (UFG). Esses são denominados burocratas de médio escalão. Destacam que em termos de pessoal na UFG foram contratados novos docentes

que somaram 476 e novos técnico-administrativos (um total de 291). Outro fato importante foi à abertura 2.737 novas vagas em vestibular (via Enem).

Em relação às metas estipuladas pelo programa, para alguns burocratas de médio escalão da UFG eram consideradas inalcançáveis, o que ocasionou certo desinteresse e desmotivação nas equipes. Às condições de trabalho dos docentes acarretou em uma sobrecarga, principalmente aos docentes recém-contratados. Segundo os BMEs da UFG a falta de equilíbrio entre o exercício das unidades acadêmicas, a função de gerenciar pessoas, o papel político inerente aos cargos de confiança e o operacional, gerou desconfortos nas equipes da instituição. Entretanto, de maneira unânime, os BMEs reconhecem a grande importância do Reuni na universidade, em termos estruturais e de ensino (Novato, Najberg e Lotta, 2020).

Em outra Universidade federal, os servidores do quadro funcional são analisados (técnicos administrativos e docentes), sob a perspectiva das mudanças ocorridas na instituição após 10 anos de implantação do Reuni. Em linhas gerais, o estudo aponta que a mudança organizacional teve um bom resultado e aceitação do quadro de servidores, com algumas ressalvas à participação dos mesmos à gestão da mudança e seu planejamento que foi pequena (Abreu e Marra, 2019).

Duquia e Rodrigues (2018) relatam a questão da mudança organizacional na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Em síntese, o que se entende depois das mudanças estruturais provocadas pelo Reuni, é que a UFPel apresentou uma maior rigidez, complexidade, e uma coordenação baseada em uma maior formalização, isso acaba intensificando e engessando as atividades da instituição por busca de controle. Destaca-se que isso já ocorria na universidade e só se intensificou com a adesão ao programa REUNI.

A implementação e as mudanças organizacionais ocorridas através do Reuni é objeto de estudo em várias instituições de ensino superior federal. Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre 2008 a 2012, a implementação ocorreu com a superação das dificuldades previstas, como unidades com o número de cursos e de discentes acima da capacidade, ocasionando a falta de espaço físico. Além de outros problemas relacionados à contratação de docentes. Houve a confirmação da rede de apoio a práticas de ensino superior o GIZ, que tinha como intuito institucionalizar as ações e ampliar a abrangência para todos os cursos, desde os que já existiam até os criados a partir do programa Reuni (Coelho, 2014). Em outro estudo realizado na UFMG, em relação às metas estipuladas pelo Reuni. Mostram, segundo os relatórios da instituição de 2011, a

criação de 27 novos cursos de graduação, sendo 90% dos 30 previstos, praticamente atingindo a meta (Lima e Machado, 2016). No geral, verifica-se que o programa foi positivo na universidade.

No que diz respeito aos impactos produzidos pelo Reuni, Ramos et. al.(2020) verificam quais os impactos do Reuni na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Para os autores, a adesão ao programa pode ser entendida como uma ação política de conveniência, para obter verbas e consolidar ações, metas e mecanismos de regulação já previstos no primeiro plano de desenvolvimento institucional de 2004 da UFSCar. Nessa mesma instituição Costa, Costa e Barbosa (2013) relatam as ações de financiamento da expansão do ensino superior público, e incluem a Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS) no estudo. Percebe-se que a expansão está pautada em dois aspectos: criação de novas universidades e reestruturação e expansão das universidades existentes. E ao analisar relatórios, dados referentes ao programa e entrevistas, entende-se que todos os dirigentes universitários da UFSCar estão satisfeitos com os resultados e defendem que tal programa deveria se tornar uma política permanente. E dos resultados encontrados na UFFS é um orgulho ser considerada uma instituição pública de ensino superior popular, isso acontece por apresentar mais de 90% dos estudantes serem alunos oriundos de escolas públicas. Esses resultados, considerados como um dos principais agentes motivadores dos docentes e técnicos da universidade, que trabalham com a perspectiva de estarem fazendo a diferença naquela localidade.

Em relação à aplicação dos recursos financeiros oriundos do programa, no estudo realizado na Universidade de Federal de Sergipe (UFG) percebe-se que esses são basicamente utilizados com infraestrutura e pessoal. Gerando um ganho muito maior que anos atrás de infraestrutura e a inclusão de uma parcela maior da sociedade no ensino superior, sem contar com o aumento na pós – graduação dentre outros benefícios obtidos (Silva e Lins, 2013).

Koglin e Oliveira (2014) propõem a construção de um instrumento de avaliação econômico-financeiro do Reuni na UFPel, que possibilita a institucionalização no processo de avaliação do programa, fornece subsídio para a avaliação de outros eixos, e pode ser usado em outras universidades.

Um tema bastante investigado nas pesquisas sintetizadas é a evasão estudantil, isso porque combater a evasão fazia parte das diretrizes gerais do Reuni. No estudo proposto por Prestes e Fialho (2018), no caso específico da Universidade Federal da

Paraíba (UFPB) no campus I da capital, nos centros de ensino: centro de educação (CE), centro de ciências exatas e da natureza (CEN), ciências da informação (CI), centro de ciências humanas, letras e artes (CHLA), centro de tecnologia (CT), centro de ciências da saúde (CCS) e centro das ciências jurídicas (CJ). O movimento da evasão é analisado através de documentos e estudo longitudinal retrospectivo da taxa de evasão, nos cursos de graduação presencial, entre 2007 a 2012, e pós esse período. Foi observado que as três maiores médias de evasão estão nos CEN (19,4%), CHLA (18,6%) e no CI (16,4%). E os menores índices se encontram no CCM (1,5%), CCJ (6,1%) e CCSA, com média em torno de 13,3%. O que significa que a evasão no campus I, oscila entre avanços, retrocessos e equilíbrio. Ou seja, enquanto alguns centros reduzem os índices de evasão outros permanecem inalterados ou até aumentam. Isso ocorre, devido a uma evolução dispersa, dentro do mesmo campus e necessita de estudos mais avançados (Prestes e Fialho, 2018).

A pesquisa não é aprofundada em combater a evasão, apenas tenta entender esse fenômeno na instituição.

Ainda em relação à evasão, Cañaverl e Sá (2017), no caso da Unifal- MG, que teve um crescimento significativo devido ao Reuni, teve um aumento na taxa de abandono. E os fatores que levaram a essa situação, foram testando na seguinte hipótese:

- a) Os mesmos fatores institucionais que influenciam na determinação social do acesso também influenciam na decisão de abandono. E se sim explicar como esses fatores interferiram. Analisando os evadidos da coorte 2013 do campus-sede da Universidade Federal de Alfenas.

Entre os resultados, nota-se que as taxas de abandono apresentam um padrão, ou seja, os cursos com o número menor de desistência são os bacharelados em saúde e em ciência e tecnologia, em contrapartida, os com maior número de abandono se encontram os cursos de licenciaturas e humanidades, exceto pedagogia e letras (Cañaverl e Sá, 2017).

Entre os fatores que explicam essa variação da taxa está à nota de corte e a relação candidato/vaga. Isso corre porque a esses cursos com menor taxa são os mais seletivos, enquanto os cursos de licenciaturas e humanidades possuem as notas de corte mais baixas, são mais acessíveis. Claro, com algumas exceções. Essas duas variáveis basicamente se comportam da seguinte forma, quanto maior a nota de corte, menor tende a ser a taxa de abandono do curso. (Cañaverl e Sá, 2017).

Em síntese, o estudo observou que há uma divisão no campus. Nos períodos diurno e integral, uma universidade seleta, isto é, com cursos integrais e profissionalmente mais promissores, com isso tendo menores taxas de evasão, com discentes de perfil típico, alunos que se dedicam exclusivamente aos estudos, o que leva a ultrapassarem as barreiras institucionais na seletiva. E no período noturno, uma universidade com o perfil de inclusão, composta por alunos de várias faixas etárias, trabalhadores e pais de família. Que optam por esses cursos, como as licenciaturas, com perfil profissional modesto, e menos concorrido, menos seletivos e com as maiores taxas de evasão. (Cañaverl e Sá, 2017).

No que diz respeito a atratividade dos cursos de graduação, baseado em um estudo na UnB, investigou-se como as medidas e regras da política institucional regeram as mudanças de curso, se conseguiram preencher o número de vagas ociosas. Resumindo, os cursos de graduação mais atrativos se beneficiam mais da política institucional de mudança de curso, devido à maior demanda externa nos vestibulares (menos vagas ociosas) e à maior demanda interna entre os alunos que optaram pela mudança de curso (ocupação das eventuais vagas ociosas). Isso acarreta a transição significativa de discentes saindo de cursos considerados “menos interessantes” para cursos de maior destaque, o chamado efeito trampolim (Júnior e Cabello, 2019).

Castro e Pereira (2019) analisam a flexibilização das universidades federais no estudo feito na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mais precisamente na criação do curso de bacharelado de ciência e tecnologia, que possui o modelo interdisciplinar e em regime de ciclos. No final do primeiro ciclo o estudante recebe um diploma de Licenciatura em Ciência e Tecnologia, no campo das “Ciências Exatas e Tecnologia”, posteriormente, concluindo os seus estudos num segundo ciclo de formação, para uma especialidade profissional. O programa Reuni não é foco da pesquisa, mas sim os desdobramentos produzidos pelas novas reformas implementadas no ensino superior público.

Quando se trata dos bacharelados interdisciplinares (BI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) a partir da análise, de Almeida (2018) conclui-se que a falta de uma política institucional especificamente voltada à interdisciplinaridade se cria um fator limitante à afirmação dos BI como um novo formato acadêmico. Para esses autores o Reuni intensifica o processo de reformulação da arquitetura curricular dos cursos nas

universidades. Assemelhando-se ao modelo norte-americano de *Colleges* e do europeu, o processo de Bolonha.

Rocaglio (2016), ainda apresenta o papel do programa Reuni na criação de novos cursos, como o de arquivologia, cita a expansão do curso no país e a contratação de arquivistas para atuar nas instituições universitárias, no caso específico o arquivo central da Universidade de Brasília (UnB).

Os impactos produzidos pelo Reuni no trabalho dos docentes também é objeto de estudos. Silva e Mancebo (2014) realizaram entrevistas com docentes-gestores da Universidade Federal do fluminense (UFF) e docentes vinculados ao sindicato da categoria do Polo Universitário de Rio das Ostras – PURO. Observaram posições políticas polarizadas sobre as políticas educacionais, processo de expansão e interiorização e projetos societários subjacentes. Sob a ótica da ampliação do número de vagas discentes, da UFF, ofertadas nos cursos de serviço social, o docente assume turmas lotadas, sobrecarga de trabalho com excesso de disciplinas, supervisão de estágio curricular e orientação de monografias, além de outras atividades decorrentes das funções administrativas da instituição. Uma grande parcela desses professores, principalmente os contratados como docentes substitutos ou temporários acabam sendo desvinculados da pesquisa, dos programas de pós-graduação e da produção crítica e criativa do conhecimento (Lima, 2013).

Na Universidade Federal do Tocantins (UFT), por exemplo, em relação à qualidade de vida no trabalho, os docentes ministram as aulas e realizam outras funções variadas que compõem o ensino, pesquisa e extensão. Entende-se que quanto maior a integração do projeto de vida do professor à universidade, maior é a qualidade de vida no trabalho, mesmo em condições precárias. Em contrapartida, quanto menor for esse processo de integração, menor será a qualidade de vida no trabalho (Pizzio e Klein, 2015).

Ao analisar determinados aspectos do programa Reuni, em relação à formação profissional dos assistentes sociais, Cislighi (2011) propõe colocar em discussão a contra reforma universitária, as diretrizes sugeridas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). O estudo de caráter filosófico salienta a hipótese que a contra reforma, característica do capitalismo tardio, e elemento do projeto ético-político hegemônico, é extremamente contraditória ao projeto de formação profissional dos assistentes sociais brasileiros.

Por fim, um levantamento histórico é proposto por Gregório e Rodrigues (2014) que buscam compreender alguns aspectos da reformulação da educação superior no

Brasil, conduzida pelos governos Lula e Dilma, obtidas pelo Reuni, com exemplos a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). O estudo observou o crescimento concentrado na graduação, no caso da UFF o número de cursos de graduação cresceu 150%, os de pós-graduação 20%. E na UFRJ a mesma situação, porém com menor intensidade, a graduação com acréscimo de 40% e a pós-graduação com 15%. Finalizam, apontando para atuação do ensino superior público, que foi de encontro com a redefinição do papel do Estado através de uma política voltada para regulamentação da autonomia financeira e de pessoal com consequências na qualidade da formação acadêmica e nas condições de trabalho.

Em resumo, os estudos de caso, tratam do processo de adesão ao Reuni, da implementação do programa nas universidades federais, a evasão estudantil e preenchimento de vagas ociosas, flexibilização e criação de novos cursos, trabalho dos docentes, impactos do programa, aplicação dos recursos e a criação de um instrumento de avaliação econômico - financeiro.

Estudos globais

Ainda no primeiro grupo, agora os estudos globais, sob a ótica da implementação do Reuni, examina-se o alcance da meta proposta pelo programa, de aumentar a taxa de conclusão dos cursos de graduação presenciais para 90%. Conforme resultado obtido nas cinco regiões brasileiras, nas 53 universidades que aderiram ao Reuni, através dos parâmetros definidos pelos formuladores. Constatou-se que ao final de 2008 a 2012, 57,2% das instituições de ensino federal, a TCG foi de 67% a 90%, e no final do programa, em 58,5% dessas universidades, sendo a região norte com a pior taxa, de 48,3% e o melhor resultado na região sudeste de 68,3%. Essas diferenças são claras, quando comparadas as melhores taxas no final de Reuni, em 2012, isto é, na região sudeste a melhor foi de 108,5%, na Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, e na região Sul de 84,4% na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA, a melhor na região Norte foi de 63,7%, na Universidade Federal do Pará – UFPA. Entende-se que a meta do programa, não se atentava as diferenças sociais, econômicas das regiões, a história institucional, tipos de cursos e a situação anterior dessas universidades (Moura e Passos, 2019).

Ainda sob a perspectiva da implementação do Reuni, Pereira e Silva (2010) propõem um debate conceitual desse processo e a capacidade de democratizar ou não o

acesso à educação superior pública, analisando os principais programas educacionais do país (ProUni, UAB e Reuni). Os autores apresentam um apanhado geral dessas políticas presentes no Governo Lula, destinadas à expansão/democratização do ensino superior e do aumento ao crédito educativo (FIES). Em análise, entre 2003 e 2010 o número de discentes que chegaram à universidade aumentou. Porém, não se sabe se isso resultou na democratização do ensino, devido à necessidade de outras políticas sociais que estabeleçam condições de igualdade e de permanência nas instituições. (Pereira e Silva, 2010).

Em tom de crítica, Aroni (2017) faz um levantamento histórico da reforma universitária. Aponta que o Brasil passou por muitas influências externas em suas políticas educacionais não priorizando a qualidade do ensino e da pesquisa. E que, hoje a definição de ensino superior de qualidade é os “rankings universitários”. Para o autor, essa é a oportunidade de repensar na viabilidade das instituições que visam o lucro, reconhecer as experiências universitárias bem sucedidas, aprimorar a qualidade do ensino, pesquisa e influenciar políticas educacionais externas positivamente.

As novas formas de gerenciar as políticas públicas educacionais do ensino superior, com foco no contrato de gestão empregado no Reuni, são discutidas por Castro e Pereira (2014). Os autores partem do princípio que análises de políticas educacionais devem levar em conta o contexto histórico onde estão inseridas e implementadas. Com isso, entende-se que os novos modelos de gestão, baseados em princípios empresariais, traz uma nova configuração para o gerenciamento das universidades públicas, e o contrato de gestão é a principal ferramenta de operacionalização. No caso do Reuni, que adota esse modelo, direcionado a eficiência e eficácia de serviços, muda a estrutura organizacional das universidades públicas, e acaba por priorizar a relação de “quase-mercado” gerando perdas na função social e na formação da cidadania (Castro e Pereira, 2014).

Essa discussão, sobre as políticas públicas educacionais, especialmente voltadas ao ensino superior, é feita por diversos pesquisadores. Borges e Aquino (2012) questionam o modelo de universidade nova, apontam a influência do neoliberalismo nessas políticas educacionais e criticam o condicionamento de verbas do Reuni. Reconhecem o aumento no número de vagas no ensino superior público, porém, frisam que a democratização do acesso ao nível superior, necessita de universidades com autonomia financeira, cursos estruturados com currículos inovadores, docentes qualificados e infraestrutura apropriada. Para ter condições de oferecer ensino de qualidade, fomentar a pesquisa e a produção de conhecimento e extensão universitária.

Em outro estudo teórico, o papel do Banco Mundial na contra reforma do ensino superior brasileiro é analisado. A intensão é desconstruir os argumentos do Estado, que o Reuni é um instrumento democrático para o acesso ao ensino superior público e destacar o caráter de precarização e ineficiência do programa (Gregório, 2012). O Reuni é amplamente criticado, e segundo o autor, atende aos objetivos de organismos internacionais, tendo orientações para ações práticas do governo como:

- a) Padronização dos cursos através da uniformização de conteúdos e da articulação dos vários níveis de ensino;
- b) Transformação das universidades em repetidoras de tecnologias desenvolvidas de fora para dentro, formando trabalhadores voltados apenas pra atender aos interesses do capital. (Gregório, 2012, pg.24)

Lima e Azevedo (2008) fazem uma comparação do modelo de ensino superior brasileiro, com o europeu, o processo de Bolonha e o americano. Segundo os autores, as universidades brasileiras precisam ser renovadas, e para que isso ocorra é necessário renovar a lição histórica de Humboldt, não significa “germanizar-se”, “norte americanizar-se” ou “europeizar-se”. Mas no sentido de não finalizar um projeto de universidade que ainda está dando seus primeiros passos e, apesar disso, conseguiu gerar ciência e massa crítica para o Brasil.

Recentemente, ao analisar a eficácia das principais políticas públicas educacionais, Costa *et. al.* (2020), numa pesquisa exploratória e quantitativa, entre 2003 a 2012, apresentam os principais reflexos dos principais programas voltados ao ensino superior do país:

- a) Uab - Uma maneira de educação que se expandiu nos últimos anos pela surpreendente taxa média de crescimento do número de alunos de 109,4%, entretanto, enfrenta altas taxas de evasão estudantil.
- b) IFETs - A taxa média de crescimento anual dos investimentos foi de 23,6%, relativamente alto comparado a outras políticas públicas.
- c) Fies e Prouni - Ambas as políticas apresentaram-se eficientes em relação ao aluno/ custo.
- d) Reuni - Eficácia trazida ao sistema ao corrigir desvios no número de alunos por professor, ampliar a oferta de cursos noturnos e interiorizar universidades e campi (Costa et. al.2020).

Barbosa e Pires (2018) comparam a política pública educacional brasileira com a sul-africana. De acordo com os autores, os dois países melhoraram o acesso aos sistemas educacionais de ensino superior e conseguiram criar universidades públicas de qualidade, a nível mundial. Todavia, problemas como desigualdades sociais e de gênero ainda persistem, principalmente no Brasil.

Em relação aos impactos iniciais provocados pelo Reuni, nas economias municipais, a partir da análise dos indicadores sociais: PIB per capita e RD per capita, em 1032 municípios localizados em microrregiões que abrigavam campus antes de 2003, e 852 pertencentes a microrregiões beneficiadas com os novos campi, além de 204 municípios remanescentes que faziam fronteira com os últimos. Indica que a expansão as universidades federais elevaram a renda per capita dos municípios beneficiados, em média 3,5% a 5,8%. Contudo, sem ganho adicional em relação ao período de implantação dos campi. Entende-se que os novos campi geraram um impulso inicial sobre o nível de demanda local, em decorrência aos gastos envolvidos na implantação e funcionamento, entretanto, sinaliza uma possível dificuldade em gerar saltos de produtividade, o que geralmente se espera com a implantação dessas instituições (Barbosa, Petterine e Ferreira, 2020).

Analisando o Reuni a partir de três principais dimensões: crescimento, qualidade e internacionalização, de 2003 a 2012, verificam-se:

- a) Crescimento: criação de 18 novas universidades federais.
- b) Qualidade: aumento do número de doutores de 50,95% para 68,78%.
- c) Internacionalização: Mobilidade nas universidades federais brasileiras cresceu muito com o Programa Ciência Sem Fronteiras. Foram 78.173 bolsas implementadas, desde o início do Programa até março de 2015, principalmente de graduação sanduíche no exterior (De Souza, Felippo e Casado, 2015, pg 360).

Conclui-se que nas universidades federais houve um enorme crescimento no número de docentes efetivos, especialmente com doutorado, o que pode ser considerado como uma estratégia para qualificar a educação superior. Destaca-se, que essas instituições, foram as que aumentaram a produção científica, que em contrapartida, sobrecarregou os docentes para cumprir esses trabalhos. Houve redução respectivamente dos professores apenas com graduação, especialização e mestrado. Um pouco mais discreto foi o aumento do número de produções com Q1, há ainda necessidade de ações para alavancar a qualidade das publicações e não apenas priorizar a quantidade (De Souza, Felippo e Casado, 2015).

Analisando as possíveis diferenças e influências do Reuni sobre a evolução dos indicadores de desempenho das Ifes, Paula e Almeida (2020) indicam que o programa impactou no acréscimo médio dos indicadores de desempenho das universidades, que avaliam o conceito Capes/MEC e o IQCD, apesar da elevação dos custos para manter as novas e reformadas estruturas universitárias. Através dessa análise, sabe-se que durante o período de implementação do programa, as Ifes aproveitaram o momento oportuno de crescimento para consolidarem seus programas de pós-graduação, integrando com a graduação, melhorando o desempenho e a qualidade de seus cursos. Mesmo não sendo o foco do Reuni a Pós-graduação (Paula e Almeida, 2020).

No estudo elaborado por Moreira, Benedicto e Carvalho (2019) a proposta é desenvolver uma análise de desempenho das universidades federais que aderiram ao Reuni e os fatores condicionantes da eficiência no período de 2008 a 2015. Através da análise envoltória de dados (DEA) e o modelo de regressão de Tobit. Constataram que as universidades federais atuaram abaixo de seu potencial, e apresentaram uma redução no desempenho, especialmente em 2009, com recuperação nos anos seguintes. Nota-se que o número alunos/docente e a proporção do atendimento a estudantes de graduação e pós-graduação tornaram-se homogêneo. E, as maiores relações de alunos/docente e alunos/servidor apresentaram uma relação positiva com o desempenho, assim como as dimensões das instituições associada aos mais elevados escores de eficiência. Mas, uma se mostrou negativa, em relação à eficiência, o número de campi fora da sede (Moreira, Benedicto e Carvalho, 2019).

Outro tema pesquisado trata da avaliação do Reuni em relação às obras de infraestrutura. O objetivo é a identificar os principais fatores e condicionantes que corroboraram para a finalização, atraso ou paralisação das obras nas universidades federais. Entre os resultados obtidos, 78% das obras foram concluídas, além de renovação e ampliação das equipes técnicas de engenharia e arquitetura, as metas pactuadas de vagas e cursos superadas em números totais e os recursos de investimento disponibilizados e ampliados em 62,55%. Contudo, houve muitas obras paralisadas, revisões de projetos e aditivos de valor (Bittencourt, Ferreira e Brito, 2017).

No estudo de revisão proposto por Oliveira e Crachi (2017), uma reflexão é realizada sobre o uso do espaço e os serviços oferecidos pelas bibliotecas universitárias no processo de afiliação de alunos, considerando as mudanças trazidas pelo Reuni e outras políticas direcionadas ao ensino superior. Destacam a biblioteca universitária, como um

instrumento, que pode e deve ser usado como facilitador para formação acadêmica, aspectos científicos, técnico e humanista.

Ao analisar o trabalho dos docentes, tomando o Reuni como referência, Andrade, Lucena e Barleta (2018) entendem que o programa provocou mudanças no trabalho dos docentes, precarização das condições e exercício do trabalho, seguindo a lógica capitalista, que aposta no aumento da carga horária de trabalho e absorção do período livre dos trabalhadores. Corrobora com De Paula (2015), quando afirma o papel de subordinação das universidades federais ao programa, através do cumprimento de metas para receber os recursos financeiros do MEC, além de caracterizar-se como uma das medidas da contrarreforma do ensino superior, vinculada à crise do capital, à intensificação e precarização do trabalho dos professores.

Lima (2012) também crítica o Reuni, pela intensificação do trabalho docente, que está associada à certificação em larga escala, de graduação, por atingir a autonomia intelectual do trabalho docente em relação à produção e socialização do conhecimento crítico e criativo, impossibilitando as contribuições para superação de outros desafios históricos da educação superior brasileira.

Com o objetivo de desenvolver um indicador de avaliação, Embiruçu, Fontes e Almeida (2010) criam um indicador de avaliação docente (IAD), para “operacionalizar” os indicadores do Reuni e assim, aplicar em nível individual ao docente, e melhorar os aspectos essenciais. E, incluir outros fatores importantes como a qualidade da graduação, que foi amplamente criticada na formulação do programa e a taxa de conclusão da pós-graduação.

No que se refere aos cursos de graduação, após implementação do Reuni, Zorzal (2016) faz uma reflexão sobre as estratégias de ensino de instrumento musical, o impacto do Reuni sobre determinados cursos, e aponta para o cenário atual com 19 universidades federais, em média 900 vagas anuais para as diversas habilitações de bacharelado em música. O mesmo ocorre com o curso de relações internacionais, depois da adesão ao programa as IFES passaram a ofertar cursos de graduação em terapia ocupacional com 362 vagas anuais, ou seja, um aumento de 64,5 % em relação aos cursos de T.O existentes até 2008. Nota-se que houve a expansão para regiões do Brasil que ainda não possuíam cursos nessa área em IES pública (Ferreira, 2016).

Mancebo, Vale e Martins (2016) discutem as principais tendências expansão da educação superior no Brasil, o Reuni, a expansão do ensino a distância e o crescimento da pós-graduação. Concluindo, que em todos esses campos, foram induzidas alterações

substantivas, sob a ótica da economia de mercado, racionalização dos recursos públicos segundo o sistema de parceria entre Estado e mercado, anulando direitos e conquistas sociais convertidos em serviços, comandado pelo processo de mercantilização.

Por fim, nesse subgrupo, o mercado de trabalho desses profissionais recém-formados nas universidades federais. Na pesquisa desenvolvida por Pereira *et. al.* (2016) que investiga o panorama de oportunidades para os egressos, de nível superior, propondo uma alternativa para a mudança do cenário existente a partir da disseminação da visão de universidade empreendedora. De acordo com os autores, as políticas direcionadas a educação superior apresentam resultados positivos, como aumento considerável no número de egressos. Em linhas gerais, nos estudos globais, os temas se repetem, e na grande maioria o Reuni é elemento do processo, como a criação de novos cursos de graduação, trabalho docente, metas, implementação e os impactos do programa. Entretanto, novos temas surgem nesse subgrupo, como as novas reformas educacionais, políticas de expansão, a contra reforma da educação superior, a eficácia das políticas públicas voltadas ao ensino superior brasileiro, o papel do banco mundial e a comparação ao modelo europeu (processo de Bolonha) que foi citado em um dos estudos de caso, porém de forma sucinta. A execução de obras de infraestrutura como bibliotecas, indicadores de desempenho e avaliação docente, mercado de trabalho dos profissionais formados nas instituições de ensino superior federal e uma comparação do ensino superior brasileiro com o sul-africano.

O Programa Reuni com foco na interiorização e expansão

Estudos de caso

No segundo grupo, agora com foco na interiorização e expansão das universidades federais, percebe-se um volume maior de estudos de caso. Foram dez universidades federais analisadas, duas no Paraná, duas no Rio Grande do Sul, uma no Ceará, uma no Mato Grosso do Sul, uma em Minas Gerais, uma em Pernambuco, uma em Santa Catarina e uma no Rio de Janeiro. Entre os temas, os impactos produzidos pela presença das instituições na região estão em destaque. É o caso de Andriola e Suliano (2015) que avaliam o impacto da Universidade Federal do Ceará (UFC) nos municípios do interior do estado, Quixadá, Cariri e Sobral, após a adesão ao Reuni. Segundo os autores, através da opinião de 129 professores, 503 alunos e 191 moradores locais, obtém-se:

- a) Aumento das oportunidades da população local ter acesso aos novos cursos de graduação da UFC, bem como às atividades e/ou ações de qualificação profissional.
- b) Movimentação econômica, causando o crescimento dos municípios e aumento das oportunidades de inserção ao mercado de trabalho para os moradores da região.
- c) Geração de maior quantidade e diversidade de postos de trabalho para os moradores locais (Andriola e Suliano, 2015).

É nítido que os impactos produzidos pelo programa, nessas localidades foram positivos. O mesmo ocorre na cidade de São João Del Rei em Minas Gerais, através da Universidade Federal de São João Del-Rei, no estudo investigativo a partir da opinião de gestores, moradores locais e estudantes da UFSJ. Para esses as vantagens foram significativas. Entre elas, os ganhos na extensão oriundo da maior qualidade e abrangência dos projetos, sem contar a oportunidade da comunidade dispor do sentimento de possível pertencimento à formação universitária, por meio das ações da UFSJ na comunidade, como programas de extensão e programações culturais (Araújo e Santos, 2014).

Isso também acontece na cidade de Volta Redonda, sede de um campus da Universidade Federal do Fluminense (UFF) que teve como impacto, agora através da análise feita com 1409 discentes além de docentes e servidores da instituição, que com os gastos dos alunos, com a massa salarial dos docentes e servidores e com os gastos de custeio e investimento no ano de 2013. Indicam que a UFF-VR realiza uma movimentação anual de aproximadamente R\$ 67.749.256 (sessenta e sete milhões, setecentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e seis reais) no município. Considerando que o PIB de Volta Redonda foi de R\$ 9.187.069.000 em 2012, o impacto da UFF-VR é de mais ou menos 0,74% no PIB, sem considerar o efeito multiplicador de Keynes (Ferreira e Santos, 2018).

Costa *et. al.* (2011) são categóricos quando afirmam que a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com um pouco mais de um ano de fundação, se tornou propulsora do progresso da região oeste do sul do Brasil. Os principais motivos para criação da universidade foram: a diminuição da “litoralização” da população, a necessidade de trabalhar/estudar o meio ambiente na região e o desenvolvimento da agricultura familiar.

Para Gumiero (2019) ao identificar os efeitos gerados pela desconcentração das universidades federais das metrópoles para o interior e faixa de fronteira do país. No caso específico da Universidade Federal de Dourados (UFGD), apresenta um quadro do crescimento, em diferentes variáveis na macrorregião centro-oeste e em Mato Grosso do Sul, entretanto, quando comparada com outras regiões e estados, ocupou as últimas posições do ranking:

- a) Com expansão no número de matrículas em cursos superiores no Centro-Oeste no ano de 2014 de 114.825 mil, no Mato Grosso do Sul de 24.732 mil, mas na comparação foi à macrorregião que teve o menor número de matrículas;
- b) Nesse mesmo ano, o número de vagas expandiu no Centro-Oeste para 33.332 mil, e no Mato Grosso do Sul para 8.075 mil. Foi à região nordeste que ofereceu maior número de vagas de 95.533 mil, e o norte com 32.483 mil;
- c) Em relação à média calculada pela procura do número de candidatos e de vagas, a região centro-oeste foi à única macrorregião em que houve aumento, de 2,7 em 2000, para 4,49 em 2014, em Mato Grosso do Sul houve redução de 5,49, em 2005, para 2,71, no ano de 2014 (Gumiero, 2014).

Segundo o autor as universidades federais originárias do Reuni, como o caso da UFGD, interiorizou a oferta de vagas do ensino superior público e pode ser considerada como estratégia para o desenvolvimento da Grande Dourados. (Gumiero, 2014).

Arruda e Gomes (2015) investigam os efeitos do programa na ampliação das oportunidades de acesso aos alunos, que pertencem às classes sociais historicamente excluídas, nas universidades federais. O estudo ocorre na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), dos resultados, a maioria dos alunos inscritos entre 2004 a 2006 e 2008 a 2010 no vestibular da UFPE são oriundos de instituições particulares, em média 62,8%, e o restante de escolas públicas. Esse fato confirma a tendência de seletividade econômica e social no âmbito do ensino superior. Essa mesma lógica de compreensão aplica-se aos candidatos classificados. Contudo, depois da adesão ao Reuni, o percentual de candidatos classificados oriundos de escola pública cresceu significativamente. O programa proporcionou mais oportunidades aos cidadãos de classes economicamente desfavorecidas, apontando para o início de uma importante democratização do ensino superior brasileiro (Costa *et. al.* 2011). Não apenas na educação, mas na criação de oportunidades de negócios para as empresas locais, especialmente, do setor da construção civil. Conforme o estudo de Buligon (2015), que afirma, através do aumento do número

de alunos na região e do quadro de servidores, cresce a demanda local por moradias residenciais, proporcionando um acréscimo nas oportunidades de negócios da indústria da construção civil. Esses empreendedores, provavelmente, adotaram estratégias para aproveitar as oportunidades criadas pelo Reuni.

No que se refere à criação de novos cursos, Fraga *et. al.* (2020) realiza um estudo na Universidade Federal do Pampa (Unipampa), especificamente no campus de São Borja, faz uma reflexão sobre a criação dos primeiros cursos de graduação em Serviço Social nas universidades federais gaúchas do interior do Rio Grande do Sul. Sendo o primeiro curso público, federal e gratuito no interior do estado gaúcho na área de Serviço Social, e na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) o terceiro curso fundado. Acrescenta que a presença de universidades em regiões interioranas é um fator importante para o desenvolvimento econômico e social local. Essas cidades sede de universidades têm a possibilidade de desfrutar de um de um rico processo de transformação política e cultural, através do ensino, pesquisa e extensão.

A expansão do curso dos cursos de bacharel em ciência e tecnologia, e cursos de engenharia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), nos campus de Diamantina e Teófilo Otoni, são analisados por Santos e Santos (2019). Segundo os autores, no total, o Reuni na instituição trouxe benefícios para a região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, no que diz respeito à expansão do número vagas, democratização do acesso ao ensino superior, ampliação da estrutura física, consolidação dos bacharelados interdisciplinar e engenharias, além do fortalecimento da pós-graduação por meio de investimentos em pesquisa e extensão, contratação de docentes e técnicos administrativos. Todavia, o total de recursos empenhados não foi suficiente para atender ao aumento do número de matrículas e em outras metas pactuadas pela universidade com MEC.

Ao avaliar a eficácia da interiorização do ensino superior na Universidade Federal do Paraná (UFPR), a partir da taxa de sucesso na graduação (TSG) dos cursos e polos localizados fora de Curitiba, Corrêa e Nascimento (2018) demonstram em seus resultados, que as taxas de sucesso alcançadas nos polos de Matinhos, Pontal do Paraná e Palotina impactaram negativamente na média geral da instituição, após 2010, ano de quando surgiram os primeiros resultados dos novos cursos. A TSG desses três polos foi inferior à média da UFPR, com exceção de Pontal do Paraná em 2014.

Por fim, dos achados nesse subgrupo, está à pesquisa feita por Catani, Oliveira e Pezarico (2014), na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) campus de

Pato Branco. Uma análise das dinâmicas decorrentes do Reuni, a partir da percepção dos gestores, no ano de 2013. Segundo os entrevistados, O programa na UTFPR conseguiu alcançar algumas das metas estabelecidas e até superar algumas das expectativas previstas. E o principal, consolidar a UTFPR como universidade de fato.

Em síntese, o Reuni teve um papel de grande importância nas universidades federais, no que se refere à expansão e interiorização das instituições. Cursos foram levados às regiões litorâneas, ao interior dos estados, e criados aqueles que tinham escassez em determinadas áreas.

Estudos globais

O número de estudos globais encontrados, nesse segundo grupo (expansão e interiorização) é relativamente menor em relação aos estudos de caso. Arroyo e Petterine (2020) avaliam se as decisões de escolha das unidades das universidades que se beneficiariam com o programa, tiveram como fator decisivo orientação política, ou seja, o papel dos prefeitos na implementação do Reuni, no período de 2003 a 2010. Utilizaram um modelo probit bivariado para analisar os dados. De acordo com os autores, houve uma influência positiva, porém, sem grande importância estatística, do impacto dessa variável na probabilidade de concessão das unidades. Mas, quando se desconsidera as cidades da região nordeste, nota-se um impacto maior do partido político do prefeito na probabilidade de concessão dos IFs nos municípios das outras regiões do país, tendo um intervalo de confiança com mais de 97%, cujo valor médio estimado é de 1,22 p.p. Isto é, na hora de decidir a implementação dos IFs às “relações políticas” entre os governos municipais e o Governo Federal, foram um dos fatores determinantes.

Bezerril (2020) analisa a expansão da rede de universidades federais brasileiras, indica que esse processo, ao fortalecer o modelo multicampi, contribuiu para a democratização do acesso a educação superior pública e para o desenvolvimento regional em diversos sentidos, possibilitou condições para as instituições de ensino revissem seus modelos institucionais, que favoreceu a interdisciplinaridade e o diálogo do meio acadêmico com a comunidade.

Melo e Melo (2009) Apontam os principais agentes responsáveis pela transformação ocorrida nos últimos anos na educação superior, são pelo menos três pilares fundamentais para expansão:

- a) Expansão das universidades federais através do Reuni;

b) Programa universidade para todos – Prouni;

c) Universidade aberta do Brasil – Uab.

Em resumo, os estudos globais, avaliam o processo de escolha dos municípios que se beneficiariam da política de expansão e interiorização advindas do Reuni e como essas instituições contribuíram para as regiões, além de enfatizar o papel fundamental dos programas educacionais.

Ao avaliar os efeitos do Reuni, em relação à taxa de sucesso de professores/alunos e graduandos, de 2014 a 2017. Trombini, Rocha e Lima (2020) revelam que esses ainda estão em andamento e que existem algumas instituições muito novas, nas quais necessita novos estudos com períodos mais longos para, de fato, avaliar e compreender os efeitos produzidos pela expansão e interiorização das universidades federais em longo prazo.

CONCLUSÕES

O estudo apresentou, através da revisão narrativa como o tema Reuni e a interiorização das universidades federais é encontrada na literatura específica. Nota-se, com a composição do corpus da pesquisa a atualidade do tema.

No rol dos estudos que focaram na expansão e interiorização no contexto do programa, fica claro que houve sucesso no seu propósito, beneficiar regiões que não possuíam instituições federais de ensino superior, estudantes que não tinham condições financeiras para residir nos grandes centros urbanos e movimentar a economia local em decorrência de todo o processo causado pelo Reuni.

Apesar dos grandes benefícios que o Reuni proporcionou, existem dificuldades relacionadas ao programa. Os principais evidenciados nos estudos são: a expansão que não ocorreu de maneira homogênea, à gestão de recursos financeiros e humanos que aconteceu de forma diferente nas universidades. Outro fato importante é o das metas estipuladas pelo programa, que para alguns gestores e docentes foram consideradas inalcançáveis.

Desafios no processo de implementação do programa também foram encontrados, fatores como “relações políticas” na implementação das unidades acadêmicas.

O número atual de docentes, técnicos específicos de determinadas áreas e cursos é insuficiente para a plena realização das propostas pedagógicas, isso compromete a qualidade do ensino. Além da expansão da graduação/bacharelado necessita de avanços na pós-graduação, que ainda é lento no Brasil.

Em síntese, os estudos examinados mostram que, apesar das mudanças positivas, a expansão produziu desafios que ainda estão longe de serem superados. E que os impactos dessa política de expansão e interiorização devem ser analisados, pois o que se percebe é que em cada instituição o programa teve um papel diferente.

O objetivo é contribuir com o aperfeiçoamento das políticas públicas educacionais, obter maior reconhecimento e valorização da sociedade para esse tipo de investimento no Brasil.

Das limitações da pesquisa, observou-se poucos estudos que tratam dos impactos do programa, além dos iniciais. Como sugestão para trabalhos futuros, comparar os impactos produzidos pelo programa entre as universidades federais, ou entre os campi das instituições que aderiram ao programa. Devido ao fato que o último ano de vigência do Reuni foi em 2012, ou seja, já se passaram 10 anos, o que possibilita uma maior compreensão e análise dos resultados alcançados.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Rafael & MARA, Adriana. (2019), “Mudança Organizacional e as Reações dos Servidores Após a Implementação do Reuni”. *Revista GUAL*, Florianópolis, 12(3): 86-105, dezembro.
- ALMEIDA, Gabriel. (2018), “A Interdisciplinariedade nas Novas Configurações Curriculares da Educação Superior Brasileira: o Caso dos BI da UFBA”. *EccoS Rev. Cient.*, São Paulo, 47: 355-374, dezembro.
- ANDRADE, Antônia & LUCENA, Carlos & BARLETA Ilma. (2018), “A Precarização do Trabalho, o Reuni e o Novo Desenvolvimentismo”. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, 18(1): 234-257, março.
- ANDRIOLA, Wagner & SULIANO, Daniele (2015), “Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC)”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 96 (243): 282-298, agosto.
- ARAÚJO, Cristiane & SANTOS, Larissa. (2014), “O Reuni na opinião dos Gestores de uma Universidade Pública”. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, 26(3): 642-651, dezembro.
- ARONI, Allan. (2017), “50 anos da Reforma Universitária de 1968: a reforma que não acabou”. *Rev. bras. hist. educ.*, Maringá, 17(3): 219-243, setembro.
- ARROYO, Akauã & PETTERINI, Francis. (2020), “A Influência da Orientação Política dos Prefeitos na Probabilidade de Implementação de Institutos Federais e Campi Universitários em Tempos de Reuni”. *Textos de Economia*, Florianópolis, 23(2): 1-31, março.

- ARRUDA, Ana & GOMES, Alfredo. (2015), “Democratização da Educação Superior: Um estudo sobre a política REUNI”. *Currículo sem Fronteiras*, Taubaté, 15(2): 543-561, agosto.
- BARBOSA, Maria & PIRES, André & DWYER, Tom. (2018), “Higher Education, Development, and Inequality in Brazil and South Africa”. *Changing Societies & Personalities*. 2(4): 366-392.
- BARBOSA, Marcelo & PETTERINI, Francis & FERREIRA, Roberto. (2020), “Política de Expansão das Universidades Federais: É Possível Potencializar os Impactos Econômicos?”. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, 24(1) fevereiro.
- BITTENCOURT, Maria & FERREIRA, Patrícia & BRITO Mozar. (2017), “Avaliação do Processo de Implementação de Obras públicas em Universidades Federais: Um Estudo do Programa reuni”. *Revista GUAL*, Florianópolis, 10(1):79-102, janeiro.
- BIZERRIL, Marcelo. (2020), “O Processo de Expansão e Interiorização das Universidades Federais Brasileiras e seus Desdobramentos”. *Ver. Tempos e Espaços Educ.* 13(32), dezembro.
- BORGES, Maria & AQUINO, Orlando. (2012), “Educação Superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do REUNI: avanços e controvérsias”. *Educação: Teoria e Prática*. 22(39): 117-138, abril.
- BULIGON, Sandra. *et. al.* (2015), “Expansão das universidades e oportunidades empreendedoras na construção civil: o caso da UFSM”. *Revista ESPACIOS*, 36(17).
- CANÁVERAL, Inmaculada & SÁ, Thiago. (2017), “REUNI: Expansão, Segmentação e a Determinação Institucional do Abandono. Estudo de Caso na Unifal-MG”. *EccoS Rev. Cient.*, São Paulo, 44:95-115, dezembro.
- CARNEIRO, Luci. & BRIDI, Fabiane (2020), “Políticas públicas de ensino superior no Brasil: um olhar sobre o acesso e a inclusão social”. *RIAAE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, 15(1): 146-158, março.
- CASTRO, Alda & PERREIRA, Raphael. (2014), “Contratualização no Ensino Superior: Um Estudo à Luz da Nova Gestão Pública”. *Acta Scientiarum. Education*, Maringá, 36(2): 287-296, dezembro.
- CASTRO, Alda & PEREIRA, Raphael. (2019), “Universidade Flexível: Nova Tendência Para Universidades Federais Brasileiras”. *Revista Ibero-americana de Estudos em Educação*, Araraquara, 14(3):1638-1654, outubro.
- CATANI, Sarah & OLIVEIRA, Marlize R PEZARICO, Giovanna. (2014), “A educação superior e o programa reuni: uma análise a partir da percepção dos gestores da Universidade Tecnológica Federal Do Paraná-UTFPR”. *Revista ESPACIOS*, 35(12).
- CISLAGHI, Juliana. (2011) “A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula”. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, 105: 241-266, junho.
- COELHO, Maria. (2014), “O Programa Reuni na UFMG: Contexto, Adesão, Implementação, Criação do GIZ e suas Ações Formativas”. *Rev. Docência Ens. Sup.*, 4: 3-46, outubro.

CORRÊA, Ricardo & NASCIMENTO, Décio. (2018), “Política de Interiorização do Ensino Superior: Taxa de Sucesso na Graduação na Universidade Federal do Paraná”. *Revista GUAL*, Florianópolis, 11(3):41-62, setembro.

COSTA, Danilo. *et. al.* (2011), “Aspectos da Reestruturação das Universidades Federais por Meio do Reuni – Um estudo no Estado de Santa Catarina”. *Revista GUAL*, Florianópolis, Edição Especial, 1-24.

COSTA, Danilo. *et. al.* (2020), “Higher Education and the Efficiency of the Brazilian Public Policies”. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, Florianópolis, 13(1): 90-113, maio.

COSTA, Danilo & COSTA Alexandre & BARBOSA, Francisco. (2013), “Financiamento Público e Expansão da Educação Superior Federal no Brasil: O Reuni e as Perspectivas para o Reuni 2”. *Revista GUAL*, Florianópolis, 6(1): 106-127, janeiro.

DE PAULA, Alisson. (2015), “O Programa REUNI em foco: intensificação e precarização do trabalho docente”. *Revista Espaço Acadêmico*, 15(170): 99-106.

DE SOUZA, Cláudia & DE FILIPPO, Daniela & CASADO, Elías. (2015), “Impacto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) na atividade investigativa: crescimento, qualidade e internacionalização”. *Em Questão*, 21(3): 336-367.

DUQUIA, Andressa & RODRIGUES, Marcio. (2018), “O Reuni e seus Reflexos na Estrutura Organizacional das Instituições de Ensino: Uma Análise da Universidade Federal de Pelotas”. *Revista GUAL*, Florianópolis, 11(3): 188-210, setembro.

EMBIRUÇU, Marcelo & FONTES, Cristiano & Almeida, Luiz. (2010), “Um indicador para a avaliação do desempenho docente em instituições de Ensino Superior”. *Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.*, Rio de Janeiro, 18(69): 795-820, dezembro.

FERREIRA, Marcos. (2016), “The Rise of International Relations Programs in the Brazilian Federal Universities: Curriculum Specificities and Current Challenges”. *Journal of Political Science Education*, São Carlos, 13(3): 241-255.

FERREIRA, André & SANTOS, Edson. (2018), “Expansão da Universidade Pública e o seu Impacto na Economia Local: Micro evidências da Ampliação dos Campi da UFF em Volta Redonda”. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, 14(1):96-109, abril.

FRAGA, Cristina *et. al.* (2020), “A fundação do curso de Serviço Social em universidades públicas federais no Rio Grande do Sul: contradições, possibilidades e desafios ao desenvolvimento local-regional”. *Interações*, Campo Grande, 21(3): 513-527, setembro.

GREGÓRIO, José. (2012) “O Papel do Banco Mundial na Contra Reforma da Educação Superior no Brasil: Uma Análise dos Documentos que Precederam o Reuni”. *Trabalho Necessário*, 14.

GREGÓRIO, José & RODRIGUES, Viviane. (2014), “Padrão Dependente de Escola Superior e a Atual Expansão da Universidade Brasileira”. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, 6(1): 109-121, junho.

GUMIERO, Rafael. (2019), “Avaliação da Expansão do REUNI UFGD no Mato Grosso do Sul”. *Interações*, Campo Grande, 20(4): 989-1003, dezembro.

JÚNIOR, Newton & CABELLO, Andrea. (2019), “Atratividade de Cursos de Graduação e a Política Institucional de Mudança de Curso: Efeito Trampolim?”. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, 24(77): 1-20.

JÚNIOR, João & CZENISZ, Eliane. (2015), “A fundação da universidade tecnológica federal do Paraná no contexto de expansão da educação superior”. *Laplage em Revista*, Sorocaba, v.1, n. 2, p. 80-92, agosto.

KOGLIN, João & NOGUEIRA, Vera. (2014), “Proposta de Avaliação Econômico-financeira do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras na UFPEL”. *Revista de Políticas Públicas*, 17(1): 193-202.

LIMA, Kátia. (2012), “Expansão e Reestruturação das Universidades Federais e Intensificação do Trabalho Docente: o Programa REUNI”. *Revista de Políticas Públicas*, São Luis, número especial: 441-452, outubro.

LIMA, Licínio & AZEVEDO, Mário & CATANI, Afrânio. (2008), “O Processo de Bolonha, a Avaliação da Educação Superior e Algumas Considerações Sobre a Universidade Nova”. *Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), Sorocaba, 13(1): 7-36, março.

LIMA, Edileusa & MACHADO, Lucília, (2016), “Reuni e Expansão Universitária na UFMG de 2008 e 2012”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, 41(2): 383-406, junho.

MAGALHÃES, Ana & REAL, Giselle. (2018), “A produção científica sobre a expansão da educação superior e seus desdobramentos a partir do Programa Reuni: tendências e lacunas”. *Avaliação*. Sorocaba, SP, 23(2): 467-julho.

MANCEBO, Deise & VALE, Andréa, MARTINS, Tânia. (2015), “Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010”. *Revista Brasileira de Educação*, 20(60), março.

MELO, Pedro & MELO, Michelle & NUNES, Rogério. (2009), “A Educação a Distância como Política de Expansão e Interiorização da Educação Superior no Brasil”. *Revista de Ciências da Administração*, Florianópolis, 11(24): 278-304, agosto.

MINAYO, Maria. (2008). (2006), “Editorial: Indexação de Ciência & Saúde Coletiva no Isi/Thomson é nossa prova de fogo”. *Ciência & Saúde Coletiva*, 3(2).

MOREIRA, Ney. & BENEDICTO, Gideon & CARVALHO, Francisval. (2019), “Discussão de Alguns Condicionantes da eficiência em Universidades Federais Brasileiras a partir do Reuni”. *Rev. Serv. Público*, Brasília, 70:429-457. setembro.

MOURA, Mara & PASSOS, Guiomar. (2019), “A taxa de conclusão de curso da graduação nas universidades federais antes e depois do REUNI: as vicissitudes da implementação da política”. *Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), Sorocaba, 24(2): 513-525, julho.

NOVATO, Valéria & NAJBERG, Estela & LOTTA, Gabriela. (2020), “O burocrata de médio escalão na implementação de políticas públicas”. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 54(3): 416-432 junho.

OLIVEIRA, Antonio & CRANCHI, Daniela (2017), “O Papel da Biblioteca Universitária como Espaço de Afiliação Estudantil e o Bibliotecário como Educador e Agente Inclusivo”. *Inf. & Soc.*, João Pessoa, 27(2): 35-47, agosto.

- PAN, Livia & LOPES, Roseli. (2016), “Políticas de ensino superior e a graduação em Terapia Ocupacional nas Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, São Carlos, 24(3): 457-468, agosto.
- PAULA, Camila & ALMEIDA, Fernanda. (2020), “O programa Reuni e o desempenho das Ifes brasileiras”. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, 28(109): 1054-1075, dezembro.
- PEREIRA, Giveldna *et. al.* (2016), “Panorama de oportunidades para os egressos do ensino superior no Brasil: o papel da inovação na criação de novos mercados de trabalho”. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. Rio de Janeiro, 24(90): 179-198, março.
- PEREIRA, Thiago & SILVA, Luís. (2010), “As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização?”. *Revista debates*, 4(2): 10.
- PRESTES, Emília & FIALHO, Marília. (2018), “Evasão na educação superior e gestão institucional: o caso da Universidade Federal da Paraíba”. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, 26(100): 869-889, setembro.
- PIZZIO, Alex & KLEIN, Karla. (2015), “Qualidade de vida no trabalho e adoecimento no cotidiano de docentes do Ensino Superior”. *Educação & Sociedade*, Campinas, 36 (131): 493-513, junho.
- RAMOS. Géssica & SILVEIRA, Ana & MARTINS Priscila. (2020), “Entre Convergências, Conveniências e Impactos: Uma Análise Comparativa dos PDI 2004 E 2013 da UFSCAR com Base no REUNI”. *Comunicações*, Piracicaba, 27(03): 199-215, dezembro.
- ROCAGLIO, Cynthia. (2016), “O Papel dos Arquivos das Instituições Federais de Ensino Superior e a Experiência do Arquivo Central da Universidade de Brasília”. *RICI R.Ibero-amer. Ci. Inf.* Brasília, 9(1): 178- 194. julho.
- ROTHER, Edna, Terezinha. (2007) “Revisão Sistemática de X Revisão Narrativa”. *Acta Paul Enferm.* São Paulo, 20(2).
- SALES, Edriene *et. al.* (2019), “O programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI): uma análise de seu processo de avaliação”. *Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), Sorocaba, 24(03): 658-679, novembro.
- SANTOS, Ciro & SANTOS, Andreia. (2019), “A implantação do Programa REUNI na UFVJM sob a ótica dos Bacharelados Interdisciplinares e Engenharias”. *Res., Soc. Dev.* São Paulo, 8(11): 01-23, agosto.
- SILVA, Rosenildes & FREITAS, Florence & LINS, Maria. (2013), “A Implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/Reuni: Um Estudo de Caso”. *Revista GUAL*, Florianópolis, 06(04): 147-170, edição especial.
- SILVA, Eduardo & MANCEBO, Eduardo. (2014), “Subjetividade Docente na Expansão da UFF: Criação, Refração e Adoecimento”. *Fractal, Ver. Psicol.* São Carlos, 26(2): 479-492, agosto.

SOUSA, Ana & COIMBRA, Leonardo (2015), “As Licenciaturas Interdisciplinares e o Processo de Expansão das IFES: Implicações Para a Formação de Professores”. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, 65: 141-159, outubro.

TROMBINI, Michelle. & ROCHA, Mônica & LIMA, Fernando. (2020), “Avaliação do Programa Reuni em Universidades Federais do Brasil”. *Revista Humanidades e Ação*. 7 (6).

ZORZAL, Ricieri. (2016) “Propostas para o ensino e a pesquisa em cursos de graduação em instrumento musical: bases para uma reformulação do bacharelado”. *Per Musi*. Belo Horizonte,34: 62-88.

Recebido em: 10/10/2022

Aceito em: 09/11/2022